



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0002616-69.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **SANDRA CAMARGO PINTO FERRAZ FABBRI, CPF 005.784.138-17 - Advogados Drs. Theodosio Moreira Pugliesi e Denise Voltatódio**
 Requerido: **CLÍNICA ESPAÇO LIVRE - Advogado Dr. Odisnei Carlos da Fonseca, acompanhado da preposta Srª Carolina Baldan Crestana Tolentino**

Aos 17 de julho de 2018, às 16:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. **1º Juiz de Direito Dr. Auxiliar DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seus advogados. Presentes também as testemunhas da autora, Srs. Márcia, Auri e Eunice. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. As partes dispensaram a colheita do depoimento pessoal do oponente. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado. Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. A prova oral colhida na presente data, corroborando os documentos de fls. 17/20, indica que, ao contrário do afirmado pela ré, o que levou a autora a retirar seu pai da clínica foi o descumprimento de promessa que havia constado da oferta inicial, no que toca à existência de câmeras com a possibilidade de acompanhamento pela internet. Referida promessa consta, aliás, à fl. 7: “possuímos Monitoramento de Câmeras por 24 horas, onde é possível acompanhar de casa, em tempo real o dia a dia na Espaço Livre.”. Consta ainda do próprio contrato, Cláusula 1.1.I, in verbis: “Circuito de câmeras on line disponibilizado ao contratante através do site da instituição”. O desatendimento desse serviço, aliado à perda de confiança da autora por conta das situações narradas pelas duas cuidadoras ouvidas como testemunhas, na presente data, constituem razão suficiente para restar configurada a falha na prestação do serviço, nos termos do art. 20 do Código de Defesa do Consumidor, dando direito à restituição da quantia paga, em conformidade com o inciso II do mesmo dispositivo. Não existe qualquer prova de que o motivo da retirada tenha sido outro, valendo ressaltar que documentos unilaterais como de pág. 62 não produzem prova contra a autora. Também não existe qualquer prova de que a falha no serviço de câmeras on line tenha sido pontual, esporádica, apenas naquele dia. A prova que existe, em realidade, é no sentido posto, vez que uma das testemunhas disse ter presenciado conversa entre a autora e o representante legal da ré, mencionando este último que o sistema estava sem funcionamento há algum tempo. Prossiga-se com o registro de que o pai da autora permaneceu na clínica por apenas 01 dia, não se podendo afirmar que a restituição integral gera qualquer sorte de enriquecimento sem causa da autora. Mesmo porque a ré não comprovou qualquer prejuízo material que tenha efetivamente suportado com os cuidados por apenas 01 dia. Sendo assim, é de rigor o acolhimento integral da demanda. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, para condenar o(a) requerido(a) à pagar ao(à) autor(a), a importância de **R\$ 6.695,00**, com correção monetária a partir do desembolso (18.12.17, fl. 15), e juros legais desde a citação. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE”. Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Adv. Requerente: Theodosio Moreira Pugliesi e Denise Voltatódio

Requerido - preposta:

Adv. Requerido: Odisnei Carlos da Fonseca

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À
MARGEM DIREITA